

A LUDICIDADE COMO UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO (BIA)

David Queiroz de Jesus¹

Paulo Alves de Araújo²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir, por meio de estudo bibliográfico e documental sobre a ludicidade como instrumento pedagógico nos processos de alfabetização e letramento no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). A investigação é orientada pela seguinte questão: de que forma a ludicidade pode contribuir para os processos de alfabetização e letramento no BIA? Para refletir sobre essa problemática, o estudo aborda conceitos fundamentais de alfabetização, letramento e ludicidade, utilizando autores como Magda Soares (1998, 2003, 2016), Emília Ferreiro (1999), Kishimoto (1994, 1995, 2008) e Vygotsky (1987, 1991), que discutem o desenvolvimento infantil e o papel do lúdico no processo de aprendizagem. Também são considerados documentos que orientam a educação básica, tais como: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo em Movimento do Distrito Federal e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A pesquisa reúne contribuições teóricas que mostram como a ludicidade pode favorecer práticas pedagógicas mais significativas e motivadoras, contribuindo para o desenvolvimento da consciência fonológica, da compreensão das relações entre fonemas e grafemas, da compreensão do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e do envolvimento das crianças nas práticas sociais de leitura e escrita. Assim, o trabalho evidencia a importância do lúdico como elemento que fortalece o processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chaves: Ludicidade, Alfabetização, Letramento, Bloco Inicial de Alfabetização, Práticas pedagógicas.

¹ Licenciando em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) Campus São Sebastião. E-mail: david.jesus@estudante.ifb.edu.br

² Pedagogo, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Brasília – Campus Samambaia. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFB). E-mail: paulo.araujo@ifb.edu.br

ABSTRACT

This research aims to discuss, through bibliographic and documentary study, the use of playfulness as a pedagogical tool in literacy processes in the Initial Literacy Block (BIA). The investigation is guided by the following question: how can playfulness contribute to literacy processes in the BIA? To reflect on this issue, the study addresses fundamental concepts of literacy, reading and writing skills, and playfulness, using authors such as Magda Soares (1998, 2003, 2016), Emília Ferreiro (1999), Kishimoto (1994, 1995, 2008) and Vygotsky (1987, 1991), who discuss child development and the role of play in the learning process. Documents that guide basic education are also considered, such as: the National Common Curriculum Base (BNCC), the Curriculum in Motion of the Federal District, and the National Commitment to Literate Child. This research brings together theoretical contributions that show how playfulness can foster more meaningful and motivating pedagogical practices, contributing to the development of phonological awareness, understanding of the relationships between phonemes and graphemes, comprehension of the Alphabetic Writing System (AWS), and children's involvement in social reading and writing practices. Thus, the work highlights the importance of playfulness as an element that strengthens the literacy process in the early years of elementary school.

Keywords: Playfulness, Literacy, Reading and Writing Skills, Initial Literacy Block, Pedagogical Practices.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização representa um dos momentos mais significativos da trajetória escolar, pois é a partir dela que a criança estabelece uma relação mais sistematizada com a leitura e a escrita. Contudo, esse processo não pode ser reduzido ao simples domínio do sistema alfabético, já que também envolve a inserção do sujeito em práticas sociais mediadas pela linguagem. Nessa perspectiva, a ludicidade surge como um recurso pedagógico capaz de tornar a aprendizagem mais significativa, dinâmica e prazerosa, favorecendo o desenvolvimento integral do estudante e, conseqüentemente, um processo de alfabetização mais efetivo.

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, a alfabetização deve transcender o ensino das letras e dos sons, constituindo-se como etapa essencial para que a criança participe ativamente da vida em sociedade, construa sua identidade cultural e desenvolva autonomia para compreender e interagir com o mundo ao seu redor. Nesse contexto, a ludicidade, expressa em brincadeiras, jogos, atividades criativas e situações imaginativas, potencializa a aprendizagem, contribuindo tanto para a apropriação do Sistema de Escrita Alfabético (SEA) quanto para o estímulo ao pensamento crítico, à socialização, à criatividade e à motivação. Ao aprender de forma lúdica, a criança tende a se engajar intensamente, a apresentar menor ansiedade diante dos erros (os percebe como fonte de aprendizagem), a sentir prazer em aprender e a estabelecer conexões entre os conteúdos escolares e sua vivência cotidiana.

A relevância social e educacional deste debate reside no reconhecimento da alfabetização como direito fundamental da criança e como responsabilidade da escola em assegurar práticas pedagógicas efetivas. Em uma sociedade marcada por desigualdades, um trabalho alfabetizador pautado na ludicidade amplia as possibilidades de inclusão, promove a equidade e fortalece a formação integral. Ao reconhecer a criança como sujeito de direitos e de experiências culturais, a escola deve oferecer condições que garantam não apenas o domínio da mecânica da leitura e da escrita, mas também a capacidade de utilizá-las de forma reflexiva e crítica em diferentes situações da vida social.

Diante do exposto, esta pesquisa parte da seguinte problemática: de que forma a ludicidade pode contribuir para os processos de Alfabetização e Letramento no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA)?

Partindo dessa problemática, este trabalho tem como objetivo geral discutir a relevância da ludicidade como instrumento pedagógico para os processos de alfabetização e letramento no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). Para o alcance dessa finalidade, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: apresentar os conceitos de alfabetização e letramento; conceituar a ludicidade e as suas relações com práticas de alfabetização e letramento; refletir como os documentos oficiais compreendem a ludicidade no contexto das práticas de leitura e escrita.

O tema adquire ainda mais relevância ao se considerar o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), que compreende os três primeiros anos do Ensino Fundamental, pois é nesse período que se estabelecem as bases do Sistema de Escrita Alfabético, das práticas de leitura e escrita e das disposições afetivas do aluno em relação à linguagem. Investir em práticas pedagógicas intencionais, lúdicas e contextualizadas no BIA significa aumentar as chances de aprendizagem efetiva e de permanência escolar, ainda que se reconheça que essa permanência não se restringe apenas a aspectos pedagógicos, sendo igualmente influenciada por fatores socioeconômicos, institucionais e pela participação da família e da comunidade escolar no processo educativo.

Há que se ressaltar que o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) é uma organização própria da Secretaria de Estado Educação do Governo do Distrito Federal (SEEDF). Ele compreende os três primeiros anos do Ensino Fundamental, estruturando o processo de alfabetização de forma contínua, com progressão automática nos dois primeiros anos e possibilidade de retenção apenas ao final do 3º ano, conforme o desenvolvimento e o desempenho do estudante. Essa estrutura busca respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem das crianças e garantir o acompanhamento pedagógico contínuo durante todo o ciclo.

Nesse cenário, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, reforça a centralidade da alfabetização na política educacional brasileira ao estabelecer metas e ações colaborativas entre União, estados Distrito Federal e municípios para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. De igual modo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe que as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, enquanto o Currículo em Movimento do Distrito Federal estende esse processo até o 3º ano, estabelecendo um ano da etapa da escolarização como o tempo necessário para a consolidação da alfabetização.

Apesar dessa distinção temporal, os documentos convergem ao reconhecer que a alfabetização deve ocorrer de forma significativa, valorizando o brincar, a ludicidade e as práticas sociais de linguagem como elementos essenciais ao desenvolvimento infantil. No entanto, persiste o desafio de efetivar essas diretrizes no cotidiano escolar, uma vez que, na prática, o brincar ainda é frequentemente compreendido como uma atividade acessória, e não como um eixo estruturante do processo de alfabetização e letramento.

Refletir sobre alfabetização, letramento e ludicidade implica compreender que esses processos não se limitam a etapas isoladas, mas se articulam na construção de uma prática educativa que integra técnica, cognição, cultura e prazer. De acordo com Magda Soares (1998), o letramento deve ser entendido como uma condição que ultrapassa o simples ato de saber ler e escrever, abrangendo também o engajamento e o uso efetivo das práticas sociais de leitura e escrita. Portanto, alfabetizar com ludicidade significa não apenas ensinar a decifrar o Sistema de Escrita Alfabético, mas preparar a criança para participar de uma sociedade letrada, atribuindo sentido real ao conhecimento escolar.

A alfabetização e o letramento nos três primeiros anos do Ensino Fundamental constituem a base para o desenvolvimento das demais aprendizagens ao longo da vida. Por isso, torna-se essencial buscar estratégias pedagógicas que tornem esse processo mais significativo, prazeroso e humanizado.

Considerando o contexto do que foi apresentado até aqui, faz-se necessário mencionar ainda a escolha em pesquisar sobre essa temática. Tal escolha decorreu das experiências vivenciadas durante o percurso formativo no curso de Pedagogia. Além disso, esta pesquisa também se justifica por articular experiências pessoais e acadêmicas vivenciadas ao longo da formação em Pedagogia com as demandas da escola contemporânea. Observar práticas ainda centradas em atividades mecânicas despertou a necessidade de propor alternativas que tornem a alfabetização mais significativa. Entre elas, a ludicidade se destacou como estratégia promissora, por aproximar o conhecimento escolar das experiências concretas das crianças.

Na disciplina de Prática de Ensino II, tive contato com propostas metodológicas que se afastavam do ensino tradicional e valorizavam a ludicidade. Posteriormente, em Prática de Ensino III, dedicada especificamente à alfabetização, pude aplicar jogos e brincadeiras em intervenções pedagógicas com crianças que apresentavam dificuldades em leitura e escrita, observando resultados positivos. Essa experiência se ampliou durante o Estágio Curricular Supervisionado, no qual desenvolvi atividades lúdicas em diferentes

contextos, reforçando a compreensão de que a ludicidade é uma estratégia pedagógica eficaz para os processos de alfabetização e letramento.

Para refletir sobre as questões postas neste estudo, adotou-se referenciais como Magda Soares (2016), Emília Ferreiro (1999), Kishimoto (2008) e Vygotsky (1991), que destacam a importância de um ensino que respeite o desenvolvimento infantil e valorize práticas que integrem leitura, escrita e experiências significativas. Além disso, tanto a BNCC quanto o Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018) reforçam a relevância da ludicidade no processo educativo.

Assim, por meio de uma revisão bibliográfica, esta pesquisa pretende contribuir para a formação docente e para a reflexão crítica sobre as práticas alfabetizadoras fundamentadas na ludicidade. Mais do que pertinente, este estudo se mostra necessário para reafirmar que a aprendizagem no BIA precisa acontecer de forma envolvente, respeitosa e significativa, sendo a ludicidade um caminho privilegiado para potencializar esse objetivo.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. De acordo com Gil (2002 p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Essa abordagem possibilita ao pesquisador construir um olhar crítico e reflexivo sobre os fenômenos educacionais a partir de diferentes referenciais teóricos.

A escolha por essa metodologia justifica-se pela intenção de compreender, por meio de uma análise bibliográfica e documental, a relevância da ludicidade como instrumento pedagógico nos processos de alfabetização e letramento, especialmente no contexto do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). Dessa forma, a pesquisa discute os conceitos fundamentais de alfabetização, letramento e ludicidade, bem como a forma como esses elementos são abordados em documentos oficiais que orientam a prática docente.

O quadro abaixo apresenta uma síntese da articulação entre os objetivos da pesquisa, instrumentos de coleta de dados e procedimentos para análise dos dados da pesquisa.

Quadro 1- Articulação entre Objetivos, Instrumentos e Análise dos Dados

Objetivos Específicos	Instrumentos de Coleta de Dados	Procedimentos de Análise
Apresentar os conceitos de alfabetização e letramento;	Pesquisa Bibliográfica	Fichamento crítico.
Conceituar a ludicidade e as suas relações com práticas de alfabetização e letramento;	Pesquisa Bibliográfica	Fichamento crítico.
Refletir como os documentos oficiais compreendem a ludicidade no contexto das práticas de leitura e escrita;	Pesquisa Documental	Análise documental.

Fonte: Adaptado de Araújo (2023).

2.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica constitui a base deste estudo, uma vez que possibilita o aprofundamento conceitual sobre os temas que compõem os objetivos específicos do trabalho. Foram selecionados autores que discutem a alfabetização e o letramento sob uma perspectiva social e interativa, além de teóricos que tratam da ludicidade como um recurso essencial ao processo de ensino e aprendizagem.

Conforme ressalta Gil (2002), “a pesquisa bibliográfica permite reunir e analisar o conhecimento já produzido sobre determinado assunto, de modo a compreender as contribuições e lacunas existentes na área”. Nesse sentido, foram realizados fichamentos críticos das obras selecionadas, buscando identificar as convergências entre os autores e suas contribuições para o entendimento das práticas de alfabetização e letramento mediadas pela ludicidade.

Essa etapa foi essencial para subsidiar as reflexões teóricas sobre como a ludicidade pode ser incorporada de maneira significativa no contexto do Bloco Inicial de Alfabetização, contribuindo para a construção de aprendizagens mais prazerosas e efetivas.

2.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental foi utilizada com o objetivo de analisar como a ludicidade é abordada em documentos oficiais que norteiam as práticas educativas no Brasil, em especial no Ensino Fundamental. Essa análise concentrou-se em documentos normativos,

tais como: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017), o Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023), considerando suas diretrizes e concepções sobre alfabetização, letramento e ludicidade.

A análise documental consistiu na leitura, organização e interpretação do conteúdo presente nesses documentos, buscando identificar como a ludicidade é compreendida e valorizada no processo de alfabetização. Essa etapa permitiu refletir sobre o diálogo entre as orientações oficiais e as concepções teóricas estudadas, evidenciando o papel do lúdico na promoção de aprendizagens mais significativas e contextualizadas.

3. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

A alfabetização e o letramento representam dimensões fundamentais do processo educativo, pois envolvem tanto a apropriação do Sistema de Escrita Alfabético quanto sua utilização em práticas sociais que dão sentido ao aprender. Esses conceitos, embora distintos, se articulam de forma indissociável, constituindo a base para a inserção plena do sujeito na cultura escrita e para o desenvolvimento de sua capacidade crítica e participativa.

No cenário educacional brasileiro os debates sobre alfabetização e letramento foram fortemente influenciados pelas contribuições de pesquisadoras como Magda Soares e Emília Ferreiro. Essas autoras contribuíram para novos olhares acerca da forma de compreender a escrita, deslocando a discussão de uma perspectiva meramente técnica para um entendimento que abarca dimensões culturais, sociais e cognitivas. A escrita passou a ser vista não apenas como um sistema notacional, mas como uma prática social que integra a vida cotidiana e amplia as formas de interação dos sujeitos com o mundo.

A alfabetização, em seu sentido mais restrito, corresponde à apropriação do SEA (Magda Soares 1998), ou seja, à aprendizagem da correspondência entre grafemas e fonemas. Já o letramento refere-se ao uso efetivo desse sistema em práticas sociais diversas, em situações reais de leitura e escrita (Magda Soares 1998) que atribuem sentido ao aprendido. Magda Soares (1998, 2003, 2016) contribui de maneira significativa para essa discussão ao afirmar que alfabetizar significa ensinar o funcionamento do sistema alfabético, mas letrar é inserir a criança em contextos de uso da linguagem escrita. Nesse sentido, alfabetizar letrando se tornou um princípio

pedagógico fundamental, pois articula o domínio do sistema às práticas sociais que dão funcionalidade à escrita.

Em termos práticos, alfabetizar letrando significa propor situações de ensino em que a criança aprenda as relações entre sons e letras ao mesmo tempo em que participa de práticas reais de leitura e escrita, como escrever bilhetes, ler receitas, interpretar placas ou produzir listas, dando sentido ao que aprende.

A distinção entre alfabetização e letramento não implica separação, mas interdependência. Para Magda Soares (2003), esses processos são distintos, mas complementares e inseparáveis, uma vez que o domínio do sistema só adquire relevância quando associado às práticas de leitura e escrita que circulam na sociedade. Assim, a escola assume a responsabilidade de ir além da mera codificação e decodificação, promovendo experiências que possibilitem à criança compreender a função social da língua escrita, integrando a dimensão técnica ao uso significativo.

As contribuições de Emília Ferreiro (1999), por meio de suas pesquisas sobre a Psicogênese da Língua Escrita³, consolidaram a compreensão de que a aprendizagem da escrita não se dá de maneira passiva. Na perspectiva de Emília Ferreiro (1999), a criança constrói hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita alfabético, reelaborando constantemente seu conhecimento a partir das experiências e interações sociais. Essa perspectiva rompeu com os métodos tradicionais, que se baseavam na repetição mecânica de sílabas e palavras, e valorizou o papel ativo da criança como sujeito que pensa, interpreta e dá sentido à língua escrita. Ao reconhecer que a criança não copia, mas elabora, Emília Ferreiro promoveu uma verdadeira revolução nos processos de alfabetização, influenciando currículos, práticas pedagógicas e políticas educacionais no Brasil.

Nesse contexto das práticas de alfabetização e letramento, a ludicidade emerge como elemento central, especialmente porque se relaciona diretamente à forma como as crianças aprendem. Brincar, imaginar, criar e experimentar são linguagens próprias da infância que contribuem para a construção do conhecimento. Autores como Luckesi (2014), Kishimoto (2008) e Piaget (1971) destacam que o lúdico não se limita ao

³ A Psicogênese da Língua Escrita não deve ser entendida como um método de alfabetização, mas como uma teoria que explica o processo pelo qual a criança se apropria do sistema de escrita alfabética. Essa perspectiva evidencia que a aprendizagem da língua escrita é resultado de construções cognitivas ativas, nas quais a criança elabora e reformula hipóteses sobre o funcionamento da escrita a partir de suas interações sociais, experiências e práticas culturais. Assim, a teoria psicogenética fornece fundamentos para compreender como as crianças aprendem a escrever, e não como se deve ensinar.

entretenimento, mas constitui uma dimensão essencial do desenvolvimento humano. Kishimoto (1994) entende o brincar como uma ferramenta de comunicação e de internalização de regras sociais, enquanto Piaget (1971) compreende o jogo como um espaço privilegiado de experimentação, no qual a criança formula e testa hipóteses, consolidando estruturas cognitivas. Assim, integrar práticas lúdicas à alfabetização e ao letramento potencializa a motivação e torna a aprendizagem mais significativa, aproximando-a das necessidades e interesses infantis.

A importância da alfabetização e do letramento se torna ainda mais evidente quando analisada no contexto das políticas públicas brasileiras. O Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), por exemplo, reconhece que os primeiros três anos do Ensino Fundamental são cruciais para garantir que a criança não apenas aprenda a codificar e decodificar palavras, mas também desenvolva competências para utilizar a escrita em diferentes situações. Programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC 2021), as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017) e o Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018) reforçam essa perspectiva, ao defenderem que a alfabetização deve estar articulada ao letramento, visando à formação de sujeitos críticos e participativos. Mais recentemente, a Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, denominada Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reafirma o compromisso de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, fortalecendo o papel da escola e das redes de ensino na consolidação das aprendizagens essenciais.

Entretanto, os desafios permanecem presentes. Muitos professores ainda enfrentam dificuldades em conciliar o ensino do Sistema de Escrita Alfabético com o trabalho com práticas sociais de leitura e escrita, o que evidencia a necessidade de compreender a alfabetização de forma articulada ao letramento (Magda Soares, 1998). A pressão por resultados imediatos, intensificada pelos dados das avaliações externas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tem levado muitas escolas a priorizarem o desempenho quantitativo em detrimento de práticas pedagógicas mais significativas (Bonamino; Sousa, 2012). Além disso, os professores frequentemente enfrentam pressões tanto da gestão escolar quanto dos pais e responsáveis. Enquanto a escola cobra bons resultados nas avaliações externas, as famílias esperam que seus filhos apresentem avanços rápidos no processo de aprendizagem, o que intensifica ainda mais a carga emocional e profissional sobre o professor (Tardif, 2002).

Essa conjuntura cria um ambiente de cobrança constante, que pode gerar insegurança e desvalorização do trabalho docente, além de favorecer o retorno a métodos reducionistas baseados na memorização e na repetição (Freire 1996). Diante dessa realidade, torna-se evidente a necessidade de formação continuada docente, que possibilite ao professor compreender os fundamentos teóricos da alfabetização e do letramento e construir práticas pedagógicas mais integradas, críticas e alinhadas às reais necessidades de aprendizagem da criança (Magda Soares, 1998).

Nesse cenário, o papel do professor é fundamental, mas não exclusivo. Não se trata apenas de ensinar a ler e escrever, mas de criar situações de aprendizagem que promovam a reflexão, a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento. O docente precisa assumir o papel de mediador, organizando práticas que envolvam diferentes gêneros textuais, múltiplas linguagens e recursos pedagógicos diversificados, de forma que a escrita seja vivida como prática social e não como mera técnica escolar. Essa concepção amplia a visão sobre alfabetização, pois reconhece que o domínio do sistema alfabético só se consolida quando associado ao uso social da linguagem.

A alfabetização e o letramento, compreendidos como processos distintos, mas indissociáveis, configuram-se como fundamentos da formação humana e da educação escolar. Trabalhá-los de forma integrada é condição indispensável para que as crianças, especialmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental, adquiram não apenas o domínio técnico da escrita, mas também a capacidade de participar ativamente da cultura letrada. Isso implica garantir oportunidades de contato com diferentes textos, promover práticas de leitura e escrita contextualizadas e valorizar a ludicidade como mediadora do processo. Somente assim será possível avançar na construção de uma educação comprometida com a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente participativos.

4. LUDICIDADE E SUA RELAÇÃO COM A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO

A palavra ludicidade tem sua origem no latim *ludus*, associada às ideias de jogo, brincadeira e diversão, elementos historicamente vinculados ao prazer e à participação ativa do sujeito. No campo educacional, esse conceito foi ampliado e ressignificado, passando a representar uma dimensão essencial do processo de aprendizagem,

especialmente na infância. A ludicidade, nesse sentido, não se restringe a momentos recreativos, mas configura-se como uma forma legítima de mediação pedagógica, capaz de articular aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais. Ao favorecer experiências significativas, o lúdico contribui para que a criança construa conhecimentos de maneira envolvente, participativa e contextualizada, tornando-se um elemento fundamental nos processos de ensino e aprendizagem (KISHIMOTO, 2008).

A discussão sobre ludicidade, alfabetização e letramento ocupa um espaço central nas reflexões pedagógicas contemporâneas, especialmente no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa em que a criança começa a se inserir de forma sistematizada no universo da leitura e da escrita. O reconhecimento do lúdico como elemento constitutivo da aprendizagem tem transformado a forma como educadores e pesquisadores compreendem o processo de ensino, destacando sua relevância para o desenvolvimento integral do aluno. O lúdico, ao estimular a curiosidade, a imaginação e o prazer em aprender, favorece a construção de saberes significativos e promove o engajamento da criança nas práticas pedagógicas.

Ao brincar, a criança expressa sua visão de mundo, elabora hipóteses, recria situações vividas e constrói significados que contribuem diretamente para sua formação. Nesse sentido, compreender a ludicidade como parte essencial da alfabetização e do letramento é reconhecer que aprender não se limita à aquisição de sistemas linguísticos, mas envolve também dimensões afetivas, sociais, culturais e simbólicas que fortalecem a formação humana e o vínculo com o ato de aprender.

A alfabetização e o letramento, enquanto processos indissociáveis, constituem dimensões fundamentais do desenvolvimento humano. Conforme já pontuado, alfabetizar significa apropriar-se do sistema de escrita, enquanto letrar envolve utilizar a linguagem escrita em práticas sociais, compreendendo seu valor comunicativo e cultural. Quando o lúdico é incorporado a esse processo, ele se transforma em uma poderosa ferramenta pedagógica, pois articula prazer e aprendizagem, emoção e raciocínio, imaginação e reflexão. Assim, o lúdico não se apresenta como simples entretenimento, mas como estratégia didática que favorece o envolvimento da criança, despertando o interesse e o prazer de aprender.

A ludicidade tem sido reconhecida como um recurso pedagógico fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, especialmente nos primeiros anos da escolarização, quando a criança se encontra em pleno desenvolvimento cognitivo, afetivo e social (Kishimoto, 2008). Mais do que um momento de distração ou pausa entre

atividades consideradas "sérias", o lúdico constitui-se em uma prática estruturante da infância e, por isso, deve ser compreendido como elemento central das metodologias de ensino voltadas para a alfabetização e o letramento. Ao brincar, a criança interage com o mundo, experimenta papéis sociais, exercita a criatividade e constrói sentidos para as experiências que vivencia, o que torna o aprendizado mais prazeroso e significativo.

Nesse contexto, a ludicidade assume papel estratégico no processo de alfabetização e letramento, uma vez que favorece a inserção da criança em práticas de leitura e escrita de maneira dinâmica e envolvente. Kishimoto (2008) destaca que o brincar constitui-se como uma linguagem própria da infância, construída nas interações sociais e culturais que a criança estabelece com o meio. Isso significa que, ao brincar, ela aprende modos de agir, pensar e se relacionar, criando hipóteses, explorando alternativas e construindo conhecimentos em interação com o outro e com o ambiente.

Assim, os jogos, as histórias, as músicas, os desenhos e outras atividades lúdicas não devem ser vistos como simples complementos da aprendizagem formal, mas como parte constitutiva de um processo educativo integral, no qual os aspectos cognitivos, sociais e emocionais se entrelaçam. Dessa forma, a alfabetização, entendida como o domínio do sistema de escrita, e o letramento, relacionado ao uso social da linguagem escrita, encontram no brincar um espaço fértil para se desenvolverem de forma articulada.

Sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, Vygotsky (1987) defende que, na brincadeira, a criança avança em sua Zona de desenvolvimento proximal (ZDP)⁴, ou seja, em um nível de desempenho mais elevado do que aquele que conseguiria alcançar sozinha. Ao dramatizar situações, criar histórias, manipular objetos simbólicos, como bonecas, blocos, brinquedos e materiais que representam elementos do cotidiano, ou participar de jogos de regras, a criança experimenta novas formas de pensar e agir, ampliando suas capacidades cognitivas e sociais. Isso mostra que a ludicidade, quando mediada por um professor consciente de sua intencionalidade pedagógica, torna-se um caminho privilegiado para favorecer a aprendizagem da leitura e da escrita. O brincar, nesse sentido, não é uma atividade isolada ou espontânea, mas pode ser planejado e organizado como estratégia de ensino.

⁴ A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), segundo Vygotsky (1991), corresponde à distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de a criança resolver problemas de forma independente, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela capacidade de resolver problemas com o auxílio de um adulto ou de pares mais experientes. Esse conceito evidencia o papel central da mediação das aprendizagens e no avanço cognitivo.

Além disso, tais práticas potencializam uma aprendizagem significativa. Conforme aponta Schön (2000), a aprendizagem ocorre de maneira mais profunda quando o sujeito é colocado diante de situações que exigem reflexão sobre a própria ação, adaptação e ressignificação das experiências vividas. Ao brincar, a criança não apenas repete padrões já conhecidos, mas cria novas possibilidades de ação, experimenta diferentes formas de resolução de problemas e dá novos sentidos às práticas vividas. É nesse processo de criação e recriação que o lúdico contribui de modo decisivo para a alfabetização e o letramento, pois estimula a curiosidade, a motivação e o engajamento da criança em atividades que envolvem a linguagem escrita. O ato de brincar, portanto, não pode ser visto como oposto ao ato de aprender, mas como dimensão complementar e indispensável da formação escolar.

Outro aspecto importante a ser destacado é que a ludicidade contribui de forma significativa para o desenvolvimento da consciência fonológica, da percepção auditiva e da coordenação motora fina, habilidades essenciais ao processo de alfabetização. Segundo Soares (1998), a consciência fonológica é fundamental para que a criança compreenda as relações entre fonemas e grafemas, o que pode ser potencializado por atividades lúdicas como jogos de rimas, parlendas, canções e brincadeiras com sons. Nessa mesma perspectiva, Ferreiro (1999) destaca que a criança constrói ativamente hipóteses sobre o funcionamento da escrita a partir de interações significativas com a linguagem, o que é potencializado por situações lúdicas.

Além disso, Kishimoto (2008) destaca que as atividades lúdicas, quando planejadas com intencionalidade pedagógica, favorecem o envolvimento da criança no processo de aprendizagem e contribuem para seu desenvolvimento integral. Nesse contexto, práticas como recorte, colagem, uso de massinha e lápis de cor, amplamente utilizadas na alfabetização, podem ser compreendidas como recursos que, associados ao brincar, auxiliam no desenvolvimento de habilidades necessárias ao processo de escrita. Dessa forma, a ludicidade estabelece uma articulação entre os aspectos técnicos da alfabetização e as dimensões criativas do letramento, tornando o processo de aprender a ler e a escrever mais significativo e prazeroso.

Além das contribuições no campo da linguagem, a ludicidade também fortalece a socialização e a construção de valores coletivos. Nos jogos e brincadeiras em grupo, a criança aprende a negociar regras, a esperar sua vez, a respeitar o outro e a lidar com frustrações. Tais experiências são fundamentais para o exercício da cidadania e para a formação de sujeitos capazes de participar ativamente da vida em sociedade. No caso da

alfabetização e do letramento, essa dimensão social é essencial, pois a linguagem escrita é, em essência, uma prática social compartilhada. Ao participar de atividades lúdicas que envolvem histórias coletivas, produções escritas em grupo ou dramatizações, a criança compreende que a leitura e a escrita não se restringem a atividades escolares, mas são instrumentos de comunicação e expressão na vida cotidiana.

Cabe ressaltar que a ludicidade, para além de sua dimensão prática, carrega também uma dimensão cultural, pois, como destaca Kishimoto (1995), o brincar é uma expressão da cultura infantil que reflete os valores, costumes e significados construídos socialmente. O brincar é parte integrante da cultura da infância e varia conforme os contextos históricos e sociais. Incorporar elementos culturais da comunidade às práticas pedagógicas lúdicas torna a alfabetização e o letramento mais próximos da realidade do aluno, aumentando seu interesse e engajamento. Brincadeiras tradicionais, cantigas populares e narrativas orais são recursos que aproximam a escola do universo da criança, valorizando suas experiências prévias e promovendo uma aprendizagem mais contextualizada. Desse modo, a ludicidade não apenas motiva, mas também fortalece a identidade cultural e a autoestima dos educandos.

Outro ponto a ser considerado é que a ludicidade contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo. Crianças que enfrentam dificuldades de aprendizagem ou que apresentam necessidades educacionais específicas podem se beneficiar das práticas lúdicas, que flexibilizam a forma de aprender e permitem múltiplas formas de expressão. O lúdico possibilita que cada criança avance no seu ritmo, ao mesmo tempo em que promove a cooperação e a solidariedade entre os colegas.

Do ponto de vista do professor, a utilização de metodologias lúdicas requer intencionalidade pedagógica e planejamento criterioso. Não basta inserir jogos ou brincadeiras de forma desarticulada no cotidiano escolar; é preciso que essas atividades estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem e que sejam avaliadas em sua contribuição real para o processo educativo. O professor deve assumir o papel de mediador, orientando as interações e ampliando os significados construídos pela criança. Isso exige uma formação docente que valorize o brincar como dimensão pedagógica e que forneça subsídios teóricos e práticos para a utilização da ludicidade como ferramenta de ensino.

Ao reconhecer o brincar como parte constitutiva da aprendizagem, a escola se aproxima mais da criança e fortalece seu papel como espaço de formação integral. A alfabetização e o letramento, nesse cenário, deixam de ser vistos como processos

meramente técnicos e passam a ser entendidos como experiências vivas, carregadas de sentido, que articulam prazer, criatividade e conhecimento. A ludicidade, portanto, revela-se como um eixo indispensável para que o processo educativo seja não apenas eficaz, mas também humanizador e transformador.

5. A LUDICIDADE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E AS RELAÇÕES COM AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA

A ludicidade tem se consolidado como um elemento essencial na formação e no desenvolvimento das crianças, especialmente nas etapas iniciais da escolarização. No contexto da alfabetização e do letramento, o lúdico não deve ser entendido como um recurso, acessório ou meramente recreativo, mas como um princípio pedagógico estruturante, capaz de potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento integral do sujeito. Essa concepção encontra respaldo tanto nas teorias educacionais quanto nos documentos oficiais que orientam a educação brasileira, os quais reconhecem a ludicidade como parte fundamental de uma prática pedagógica significativa e contextualizada.

Com base nessa perspectiva, o lúdico é compreendido como mediador das interações cognitivas, sociais e afetivas no processo de ensino e aprendizagem. Em oposição às práticas mecânicas e descontextualizadas, o brincar e as atividades lúdicas promovem a construção de saberes por meio da experiência, da imaginação e da criatividade. É importante destacar, contudo, que brincar e atividades lúdicas não são sinônimos. Enquanto o brincar se caracteriza pela espontaneidade e liberdade de expressão da criança, as atividades lúdicas são planejadas pelo professor com intencionalidade pedagógica, preservando o prazer e o envolvimento próprios do lúdico (Kishimoto, 2008). Essa abordagem é fortemente reafirmada nos principais documentos normativos do país, entre eles: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), o Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018) e O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que defendem a integração entre ludicidade, alfabetização e letramento, sobretudo no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). Ao tratarem da alfabetização e do letramento, esses documentos incluem a ludicidade como um dos eixos estruturantes das práticas docentes, reconhecendo seu potencial para promover aprendizagens significativas.

5.1 A BNCC e a ludicidade como princípio formativo no Bloco Inicial de Alfabetização

O Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) foi instituído no âmbito das políticas educacionais como uma proposta pedagógica voltada à reorganização do processo de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental, sendo implementado no Distrito Federal a partir de 2005. Ao compreender o 1º, 2º e 3º anos como um ciclo contínuo de aprendizagem, o BIA reconhece que a apropriação da leitura e da escrita não ocorre de forma imediata, mas exige tempo, acompanhamento sistemático e intervenções pedagógicas contínuas, respeitando os diferentes ritmos e tempos de aprendizagem das crianças.

Essa organização rompe com a lógica tradicional da reprovação precoce, ao adotar uma abordagem mais inclusiva que busca garantir oportunidades reais de aprendizagem para todos os estudantes, priorizando práticas pedagógicas que favoreçam a construção gradual do conhecimento, o apoio contínuo aos alunos e a promoção de um ambiente de aprendizagem mais justo e equitativo. Essa concepção dialoga diretamente com os princípios posteriormente consolidados na Base Nacional Comum Curricular, que passam a orientar a alfabetização como um processo significativo, integrador e articulado às práticas sociais da linguagem do Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental (2018).

No contexto do Ensino Fundamental, e mais especificamente no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), a BNCC apresenta uma proposta pedagógica que visa garantir uma alfabetização significativa, integradora e centrada nas experiências das crianças. Essa proposta reconhece que o processo de alfabetização não se limita ao domínio do Sistema de Escrita Alfabético, mas envolve a inserção do aluno em práticas sociais mediadas pela linguagem, de modo a favorecer a compreensão, a autoria e a participação ativa na cultura escrita.

A BNCC orienta que a alfabetização deve ocorrer de forma contextualizada, com base em metodologias que despertem a curiosidade, a imaginação e o prazer de aprender. As situações de aprendizagem precisam ser planejadas de modo a promover o engajamento e a construção coletiva do conhecimento, rompendo com a lógica da memorização e das atividades mecânicas. Nesse sentido, o documento propõe que o ensino se apoie em práticas diversificadas, como jogos didáticos, leitura de textos

variados, desafios linguísticos, produção de textos coletivos e atividades que integrem diferentes linguagens, como música, artes visuais e literatura. Essas experiências permitem à criança experimentar o conhecimento de forma ativa, significativa e prazerosa.

Ao enfatizar o desenvolvimento de competências gerais que envolvem o pensamento crítico, a criatividade e a cooperação, a BNCC reafirma a ludicidade como um princípio formativo essencial. O lúdico, nessa perspectiva, não é entendido como uma atividade meramente recreativa, mas como uma estratégia pedagógica que mobiliza emoções, desperta o interesse e cria condições para o aprendizado autônomo e reflexivo. Brincar, imaginar e experimentar tornam-se ações pedagógicas que ampliam as possibilidades de compreensão e expressão da criança, favorecendo o desenvolvimento das funções cognitivas e socioemocionais necessárias à alfabetização e ao letramento.

Essa concepção está em consonância com o pensamento de Magda Soares (2003), ao defender que alfabetizar letrando significa ensinar a ler e escrever inserindo o aprendiz em práticas reais de uso da língua escrita, contextualizadas e socialmente relevantes. Do mesmo modo, dialoga com Vygotsky (1991) que reforça a importância das interações sociais e das atividades simbólicas no processo de aprendizagem. Para o autor, o brincar é uma forma privilegiada de mediação pedagógica, pois possibilita que a criança avance em sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), articulando o pensamento, a imaginação e a linguagem.

A BNCC também destaca o papel do professor como mediador e organizador das experiências de aprendizagem. Cabe ao docente criar ambientes educativos ricos em estímulos, que favoreçam a experimentação, a cooperação e o diálogo entre os alunos. Essa mediação docente, pautada pela ludicidade, requer sensibilidade e planejamento intencional, de modo que cada atividade lúdica esteja conectada aos objetivos de aprendizagem e às necessidades de aprendizagens do grupo. Dessa forma, o professor se torna um mediador do processo de descoberta e construção do conhecimento, valorizando os saberes prévios e o ritmo individual de cada estudante.

Ao incorporar a ludicidade como eixo estruturante das práticas pedagógicas no Bloco Inicial de Alfabetização, a BNCC propõe uma concepção de ensino que reconhece o brincar, o imaginar e o criar como caminhos legítimos para a aprendizagem. Essa abordagem contribui para a formação integral do estudante, fortalecendo uma cultura escolar que respeita o desenvolvimento infantil e promove o prazer de aprender. Assim, a alfabetização, mediada pela ludicidade, torna-se um processo humanizador e

significativo, capaz de formar sujeitos críticos, criativos e conscientes de seu papel no mundo.

5.2 O Currículo em Movimento do Distrito Federal e a Ludicidade como Eixo Integrador

O Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental (2018) constitui um importante marco pedagógico e político para a educação do Distrito Federal. Elaborado de forma participativa, ele propõe uma concepção de ensino que articula a alfabetização, os letramentos e a ludicidade como eixos integradores no Ensino Fundamental, reafirmando o compromisso com uma formação humana, crítica e emancipadora. Ao valorizar o lúdico como princípio metodológico, o documento reconhece que o ato de aprender está diretamente ligado ao prazer, à curiosidade e à construção de sentidos que emergem nas interações entre sujeitos e saberes.

O Currículo parte da compreensão de que a alfabetização não se resume à aprendizagem mecânica do sistema de escrita alfabético, mas implica o desenvolvimento da capacidade de compreender e produzir textos em diferentes contextos sociais. Assim, o ensino deve ir além da codificação e decodificação, integrando o uso da linguagem à vida cotidiana dos estudantes. Nessa perspectiva, a ludicidade é entendida como uma dimensão essencial da prática pedagógica, pois promove a participação ativa, o envolvimento emocional e a reflexão crítica, transformando o espaço escolar em um ambiente de descobertas e experimentações.

Inspirado nas contribuições de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999), o documento ressalta que as crianças constroem hipóteses sobre o funcionamento da escrita e avançam nelas por meio de situações desafiadoras e significativas. O papel do professor é criar condições que estimulem esse processo, utilizando recursos e atividades lúdicas que despertem a curiosidade e o desejo de aprender. Jogos de alfabetização, atividades com alfabeto móvel, leitura de parlendas, desafios com palavras e brincadeiras com sons e rimas são exemplos de práticas que estimulam o raciocínio linguístico e o desenvolvimento cognitivo.

Além disso, o Currículo em Movimento amplia o entendimento de ludicidade, abordando-a como uma atitude pedagógica que atravessa todo o processo educativo, e não apenas como um momento isolado de recreação. Nesse sentido, o lúdico está presente na forma como o professor organiza o tempo, os espaços e as relações em sala de aula. O brincar, o explorar e o criar tornam-se, assim, caminhos para a aprendizagem

significativa, para a convivência democrática e para o desenvolvimento da autonomia intelectual e emocional dos estudantes.

O documento também reforça o compromisso da educação pública do DF com uma pedagogia inclusiva e democrática, em que o brincar é reconhecido como direito e como instrumento de equidade. A ludicidade, ao promover a cooperação e o respeito às diferenças, contribui para a construção de um ambiente acolhedor, onde todos os alunos se sintam capazes de aprender. Essa perspectiva está em sintonia com as ideias de Kishimoto (2008), que compreende o brincar como uma forma de produção cultural e uma linguagem por meio da qual a criança interpreta o mundo, compreende a si mesmo e estabelece relações com o outro.

Portanto, o Currículo em Movimento do Distrito Federal reafirma a ludicidade como fundamento pedagógico e princípio ético-estético da educação. Ao integrar o brincar e o aprender, o documento propõe uma escola viva, criativa e humanizadora, um espaço onde a alfabetização e o letramento se constroem de forma prazerosa, coletiva e significativa, respeitando o tempo de cada criança e valorizando as múltiplas formas de expressão do saber.

5.3 O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Papel da Ludicidade na Aprendizagem

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, representa um avanço significativo nas políticas públicas voltadas à alfabetização no Brasil. Fundamentado na cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, o Compromisso tem como finalidade assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, fortalecendo as aprendizagens ao longo dos anos iniciais e promovendo a equidade educacional em todo o território nacional.

O Decreto estabelece que suas ações devem promover a formação continuada de professores e gestores, o fornecimento de materiais pedagógicos e literários, o aprimoramento das práticas de ensino e a melhoria da gestão educacional, sempre com base em evidências científicas e avaliações periódicas. Esses eixos orientadores reforçam a importância de práticas pedagógicas intencionais, significativas e articuladas à realidade das escolas, reconhecendo o professor como protagonista no processo de alfabetização e no desenvolvimento das competências leitoras e escritoras.

Embora o documento não mencione de forma explícita o termo ludicidade, seus princípios dialogam com metodologias que favorecem o engajamento ativo, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, a ludicidade pode ser compreendida como uma abordagem pedagógica que contribui para os objetivos do Compromisso, ao promover experiências que despertam a curiosidade, o prazer e o interesse em aprender.

O uso de atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras, desafios, cantigas e experiências interativas, torna o processo de alfabetização mais dinâmico e contextualizado, permitindo que a criança aprenda de forma prazerosa e significativa. Por meio do brincar, ela desenvolve habilidades cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais que fortalecem o domínio da leitura e da escrita, favorecendo uma aprendizagem mais sólida e duradoura.

Assim, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada reafirma o propósito de garantir o direito à alfabetização de qualidade para todas as crianças, por meio de práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e fundamentadas em evidências. A integração entre o lúdico e a alfabetização consolida-se como uma possibilidade pedagógica eficaz, capaz de aproximar o ensino das vivências reais das crianças, promovendo aprendizagens mais efetivas, críticas e criativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que a ludicidade pode exercer um papel central no processo de alfabetização e letramento, especialmente no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). Mais do que um recurso didático, o lúdico constitui uma dimensão formativa que favorece aprendizagens significativas, respeitando o desenvolvimento integral da criança e seus modos próprios de se relacionar com o conhecimento.

Com base nos estudos realizados, tornou-se claro que alfabetizar e letrar com ludicidade significa proporcionar à criança experiências de aprendizagem prazerosas, criativas e contextualizadas. Quando o brincar é conduzido com intencionalidade pedagógica, ele envolve o aluno ativamente, desperta o interesse pela leitura e pela escrita e estimula o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Nesse processo, o professor

assume o papel de mediador, organizando situações que integrem emoção, pensamento, linguagem e ação.

As reflexões sustentadas por autores como Magda Soares, Emília Ferreiro, Kishimoto e Vygotsky reforçam que a alfabetização e o letramento são processos interligados e socialmente construídos. O brincar, nesse contexto, emerge como linguagem própria da infância e como meio privilegiado para a criança experimentar, interpretar e construir conhecimentos, tornando-se um caminho potente para o avanço nas hipóteses de escrita e para o uso social da linguagem.

Ao analisar os documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (2017), o Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018) e a Política Nacional de Alfabetização (2023), observou-se que a ludicidade é reconhecida como princípio formativo e eixo orientador das práticas de alfabetização. Esses documentos valorizam metodologias que promovem investigação, criatividade e protagonismo infantil. Entretanto, ainda há desafios na efetivação dessas diretrizes, devido à persistência de práticas centradas na repetição, na memorização e na pressão por resultados imediatos, o que limita o potencial formativo das experiências lúdicas.

Nesse sentido, fortalecer a formação docente torna-se fundamental. O professor precisa compreender a ludicidade como dimensão pedagógica, não como atividade isolada, e ser capaz de planejar práticas que unam significado, sensibilidade e intencionalidade. A ludicidade amplia horizontes, gera engajamento e transforma a aprendizagem em um processo vivo, dinâmico e cheio de sentido.

Dessa forma, alfabetizar com ludicidade é educar para além do domínio do Sistema de Escrita Alfabética (SEA). É reconhecer cada criança como sujeito ativo, curioso e criador de significados. É transformar a sala de aula em um espaço de convivência, diálogo, imaginação e descoberta. Ao valorizar o brincar, a escola reafirma seu papel como lugar de conhecimento e humanidade, contribuindo para formar leitores e escritores críticos, sensíveis e capazes de intervir no mundo.

Ao concluir este percurso investigativo, reconheço que minha formação no IFB e as vivências proporcionadas pelos estágios supervisionados, além das aprendizagens construídas nas disciplinas de Prática de Ensino, ampliaram minha compreensão sobre a importância do lúdico no processo educativo. O contato direto com práticas reais, professores experientes e crianças em diferentes momentos da aprendizagem permitiu constatar que o ensinar vai muito além de transmitir conteúdos, envolvendo acolher, inspirar, mediar e transformar. Assim, afirmo meu compromisso, enquanto futuro

pedagogo, de valorizar o lúdico como ferramenta pedagógica e humana, promovendo práticas que tornem a alfabetização um processo cada vez mais significativo, efetivo e verdadeiramente transformador.

As reflexões aqui apresentadas não findam em si mesmas. Elas apontam para a necessidade de novas pesquisas que aprofundem o papel da ludicidade na alfabetização e no letramento, explorando metodologias inovadoras, estratégias pedagógicas eficazes e formas de integrar o brincar ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Estudos futuros também podem investigar a formação docente continuada, a incorporação de tecnologias e jogos educativos, e práticas colaborativas que potencializem aprendizagens significativas. Dessa maneira, a investigação sobre o lúdico se apresenta como um convite para ampliar conhecimentos, aprimorar práticas pedagógicas e fortalecer uma educação mais criativa, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Paulo Alves de. **As Contribuições das Diretrizes de Avaliação do Instituto Federal de Brasília (IFB) para a Organização do Trabalho Pedagógico Desenvolvido pelo Professor nos Cursos Técnicos da Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2023.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373–388, abr./jun. 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm Acesso em: 7 out. 2025

DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica**. Brasília: SEEDF, 2018.

Educação em Teia. Cadernos do PNAIC – Educação em Teia. 10 abr. 2021. Disponível em: <https://educacaoemteia.digital/2021/04/10/cadernos-do-pnaic/> Acesso em: 15 jul. 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedo e cultura.** São Paulo: Cortez, 1995.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira, 1994.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 1987.